

AMPLIANDO DOMÍNIOS DO INGLÊS: UM DIÁLOGO COM O FEMINISMO NEGRO

Daniel do Nascimento e Silva^{1*}

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre como minorias raciais e econômicas podem se apropriar de recursos sociolinguísticos historicamente dominados por elites, como é o caso da língua inglesa. Ao reconfigurarem domínios legitimados de circulação de recursos sociolinguísticos e suas funções dentro de estruturas de dominação, participantes dessas minorias podem redirecioná-los para fins emancipadores. A partir da análise das práticas discursivas de três feministas negras brasileiras – Marielle Franco, Anielle Franco e Pamella Passos – e em especial de seus intertextos com a noção de escrevivência, de Conceição Evaristo, discuto como o inglês e outros recursos semióticos, como os letramentos institucionais, têm sido reinscritos por elas em domínios alternativos, afetivos e coletivos. Em vez de buscar inclusão passiva em espaços legitimados, essas intelectuais constroem formas de presença insurgente, promovem a intrusão crítica em domínios hegemônicos e reposicionam a linguagem como prática de sobrevivência, escuta e esperança. Ancoradas no contexto brasileiro, essas reconfigurações dialogam com outras experiências transnacionais de contestação ao colonialismo linguístico.

Palavras-chave: domínios sociolinguísticos; feminismo negro; inglês decolonial; escrevivência; intrusão.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC e do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação da UFRJ. Realiza etnografia linguística com ativistas do Complexo de favelas do Alemão e outros sujeitos de periferia no Rio de Janeiro. Email: dnsfortal@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6098-5185>.



EXPANDING DOMAINS OF ENGLISH: A DIALOGUE WITH BLACK FEMINISM

Abstract

This article reflects on how racially and economically marginalized groups can appropriate sociolinguistic resources historically dominated by elites, such as English. By reconfiguring legitimized domains of circulation and the functions of these resources within structures of domination, members of these groups can redirect them toward emancipatory purposes. Based on the discursive practices of three Black Brazilian feminists — Marielle Franco, Anielle Franco, and Pamella Passos — and especially on their intertextual engagements with Conceição Evaristo's notion of *escrevivência*, I discuss how English and other semiotic resources, such as institutional literacies, have been reinscribed by them into alternative, affective, and collective domains. Rather than seeking passive inclusion in legitimized spaces, these intellectuals construct insurgent forms of presence, promote critical intrusion into hegemonic domains, and reposition language as a practice of survival, listening, and hope. Rooted in the Brazilian context, these reconfigurations also resonate with transnational experiences of contesting linguistic colonialism.

Keywords: sociolinguistic domains; Black feminism; decolonial English; *escrevivência*; intrusion.

1. Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre como minorias raciais e econômicas podem se apropriar de recursos sociolinguísticos historicamente dominados por elites, subvertendo suas funções dentro das estruturas de dominação e redirecionando seus usos para fins emancipadores. O estudo parte de um conjunto de práticas discursivas de feministas negras brasileiras que ressignificam a língua inglesa – idioma tradicionalmente associado, no Brasil, a contextos elitizados – e outros recursos sociolinguísticos, incluindo os letramentos institucionais ou hegemônicos, como instrumento de ação decolonial.

Utilizo aqui os termos ‘domínio’ e ‘dominação’ com sentidos específicos, que remetem tanto às noções de conhecimento e controle quanto à ideia de esfera de circulação e reconhecimento de determinados signos. Em antropologia linguística, o conceito de ‘domínio’ é central para compreendermos a validade e os efeitos das ideologias linguísticas (Agha, 2007; Bauman; Briggs, 2003; Silverstein, 1996). Como observa Agha (2007), domínios não são apenas espaços geográficos ou políticos; são também contextos nos quais certas formas linguísticas ganham valor e sentido. Wortham (2008, p. 45-46) reforça essa ideia ao afirmar que os fatos linguísticos – seus usos e avaliações metapragmáticas – são sempre reconhecidos apenas por determinados subconjuntos dentro de uma comunidade linguística. Não existe, portanto, um conjunto universal de modelos ou ideologias compartilhado por todo um grupo; há, sim, formas que circulam

em domínios específicos, que podem ir de pares e pequenos grupos locais até comunidades transnacionais.

Essa formulação nos leva a entender que todo registro sociolinguístico – inclusive o chamado inglês padrão – está ancorado em domínios historicamente situados. Ainda que alguns discursos o projetem como universal, o registro padrão do inglês (como qualquer registro) é sempre, de algum modo, localizado e provincial. A ideia de domínio, nesse sentido, envolve também forças institucionais e políticas. O dicionário *Houaiss*, por exemplo, define ‘domínio’ primeiramente como “supremacia em dirigir e governar as ações de outrem pela imposição da obediência”, mas também como “território extenso que pertence a um indivíduo ou Estado”¹. Assim, o inglês, como língua colonial, faz parte de um conjunto de práticas de governo e poder que valem em determinados domínios geográficos e sociopolíticos (Agha, 2007, cap. 4; Pennycook, 2002; Phillipson, 1992). Essas práticas de governo e poder dependem de arranjos institucionais e ideológicos que o posicionam como um recurso legitimado e, ao mesmo tempo, excludente. Mas variedades não padrão do inglês – incluindo o registro de inglês reappropriado por feministas, o qual discutirei a seguir – também estão imbrincadas em disputas de poder e arranjos institucionais, ainda que tais relações sejam frequentemente invisibilizadas (Pennycook, 2020; Windle; Fonseca Afonso, 2021).

É com base nessa concepção que proponho um diálogo com o feminismo negro brasileiro, buscando compreender como algumas de suas figuras icônicas têm reimaginado os domínios de circulação e uso do inglês e de outros recursos comunicativos hegemônicos, como os letramentos institucionais. Em vez de se limitarem a reivindicações de acesso a recursos já legitimados, essas intelectuais constroem práticas que tensionam e reconfiguram os próprios espaços de circulação simbólica. Como argumentam Awayed-Bishara et al. (2022, p. 1065) em sua discussão sobre o inglês como espaço decolonial entre minorias árabes em Israel, trata-se de criar condições para “abrir potencialmente um espaço decolonial”² para o ensino e a aprendizagem do inglês e da escrita institucionalizada.

É importante destacar que as feministas negras cujas vozes trago para esta análise reivindicam recursos historicamente negados às suas comunidades. Nas Américas, as práticas comunicativas afrodispóricas foram sistematicamente deslegitimadas. Paul Gilroy (1993) nos lembra que o letramento alfabético foi negado a populações negras escravizadas, sem que isso tenha impedido o florescimento de culturas expressivas potentes, como o jazz, o reggae, o samba e a capoeira. No Brasil, conquistas do Movimento Negro como as políticas de ação afirmativa permitiram ampliar o acesso da população negra à educação formal e ao ensino superior (Gomes, 2019). Ainda assim, o acesso ao trabalho formal, à renda e a recursos simbólicos (como os letramentos institucionais e a língua inglesa) continua profundamente desigual (Dos Santos; Windle, 2021).

Desse modo, o circuito de feministas negras aqui analisado não lida com recursos facilmente acessíveis no mercado simbólico. Em seus textos e intervenções públicas, essas intelectuais evocam afetos como mal-estar, raiva e desconforto,

que remetem às experiências de deslocamento vividas por elas ao adentrarem domínios sociais nos quais não se supõe sua presença (Evaristo, 2020; Franco, M., 2017, Franco, A., 2021; Passos, 2023). Mais do que “inclusão” nesses espaços, elas frequentemente se referem a suas trajetórias como formas de “intrusão” (ver Lopes et al., 2017, p. 763), recusando o lugar passivo da integração e afirmado a potência de um gesto coletivo de reconfiguração dos domínios sociolinguísticos. Seus projetos de apropriação semiótica, portanto, não se pautam por objetivos individuais, mas por lutas coletivas que visam redistribuir recursos materiais e simbólicos, desafiando a desvalorização histórica das vidas negras.

Partindo dessa abordagem teórica e de meu trabalho de campo com ativistas periféricos do Rio de Janeiro (Silva, 2025a, 2025b; Silva; Lee, 2021, 2024), examino práticas comunicativas que reconfiguram o inglês e outros recursos semióticos dominantes em um ativismo de base, marcado pela ação transperiférica (Windle et al., 2021). A base empírica do artigo é composta por textos e falas de Marielle Franco, Anielle Franco e Pamella Passos, três feministas negras que elaboram potentes metadiscursos sobre suas trajetórias de socialização na língua inglesa. Também justaponho esses metadiscursos ao de outra feminista negra, Conceição Evaristo, cuja noção de sobrevivência orienta as reflexões das três feministas em questão e é também uma ilustração empírica da ampliação de domínios legitimados, no caso os letramentos institucionais. Minhas interações com essas intelectuais variaram entre encontros pontuais e diálogos mais contínuos. Neste artigo, concentro-me em uma seleção de suas produções discursivas, contextualizadas nas seções empíricas. Antes, porém, discuto brevemente os fundamentos teóricos que orientam minha compreensão decolonial da reconfiguração de domínios do inglês e dos letramentos institucionais.

2. A expansão de domínios sociolinguísticos como projeto ideológico

A pesquisa em antropologia linguística oferece um insight fundamental para a teoria que sustenta este artigo. Roman Jakobson (1959, p. 234) formulou de maneira pioneira que “a faculdade de falar uma determinada língua implica a faculdade de falar sobre essa língua”. Com essa proposição, Jakobson se afastava do formalismo da linguística moderna, ancorado no princípio de Saussure, segundo o qual a língua é “um sistema que conhece apenas sua ordem própria” (Saussure, [1916] 1977, p. 31). Ao questionar a independência da forma em relação à agência dos falantes, Jakobson introduziu a reflexividade dos usuários como um problema legítimo para o estudo da linguagem. Esse insight seria decisivo para a formulação do conceito de ideologia linguística por Michael Silverstein, seu estudante. Silverstein (1979, p. 193) define ideologias linguísticas como “quaisquer conjuntos de crenças sobre a linguagem articuladas pelos usuários como racionalização ou justificação de estrutura e uso linguístico percebidos”. Essas crenças, sejam sustentadas por leigos ou por especialistas, são sempre parciais: representam apenas um recorte do panorama sociolinguístico e,

ao mesmo tempo, constituem um posicionamento dentro dele (Gal; Irvine, 2019, ver Silva, 2019).

O ponto central que desejo destacar é o seguinte: não apenas as práticas comunicativas individuais ou de pequena escala são atravessadas por posicionamentos ideológicos (e, como tais, parciais); qualquer dimensão da linguagem é, por definição, ideológica – do estilo individual à constituição de línguas inteiras. Kathryn Woolard (1998, p. 20) sintetiza esse argumento de forma incisiva: “[a] existência de uma língua como uma entidade discreta é sempre um projeto discursivo, e não um fato estabelecido”.

É a partir dessa perspectiva que dialogo com autoras e autores que buscam teorizar práticas comunicativas alternativas ao projeto discursivo hegemônico do inglês como língua colonial (Canagarajah, 1999; Pennycook, 2002; Phillipson, 1992). Esse projeto está instanciado em problemas estudados no campo sociolinguístico, como “falante nativo” (Holliday, 2005), “sujeito ouvinte branco” (Rosa; Flores, 2017) e “falante empreendedor de si (*self-made speaker*)” (Rojo, 2019). Sustentado por ideologias raciolinguísticas – ideologias que “co-naturalizam língua e raça” (Rosa; Flores, 2017, p. 621) –, o inglês como projeto colonial consolidou-se por meio da expansão imperial da Inglaterra, dos Estados Unidos e de outras nações coloniais, sobretudo nos contextos em que a globalização se afirmou e se intensificou.

Para ilustrar algumas dimensões desse projeto, recorro à tríade classificatória do funcionamento das ideologias linguísticas proposta por Irvine e Gal (2000, p. 37–39): iconização, recursividade fractal e apagamento. Em primeiro lugar, o processo de *iconização* implica a produção de ícones ou tipos prototípicos de falantes de uma dada variedade como identidade ou essência de características desses falantes – no caso do inglês como língua imperialista, esses ícones são falantes vistos como brancos ou embranquecidos, cuja competência linguística é concebida como “nativa” e, portanto, inata, naturalizada e valorizada como superior (Holliday, 2005; Rajagopalan, 2007). Em segundo lugar, a *recursividade fractal* consiste na replicação de oposições ideológicas em múltiplas escalas. Um exemplo é a figura do “falante nativo salvacionista” (Jenks; Lee, 2019), ideologia racializada segundo a qual falantes “nativos” (iconizados como brancos) são vistos como naturalmente mais aptos a ensinar, orientar e, em última instância, salvar aprendizes de inglês como língua adicional, como ocorre em contextos de neoliberalização do inglês na Coreia (Jenks, 2018; Park, 2021) ou na busca de emprego por migrantes na Austrália (Dovchin; Wang, 2024). Em terceiro lugar, esse projeto ideológico depende também do *apagamento* de certas identidades de falantes ou de práticas no mercado simbólico. Jonathan Rosa (2016), por exemplo, analisa como uma diretora latina de uma escola em Chicago é retratada por professores como incompetente tanto em inglês quanto em sua língua materna, o espanhol. A diretora é posicionada como “sem linguagem”, ou seja, destituída de competência linguística e, por extensão, de legitimidade como sujeito (p. 162).

De acordo com Woolard (1998), se tomarmos essas operações como parte de um projeto discursivo – amplo, diverso e contestado –, percebemos

que as construções de superioridade linguística e cosmopolitismo não são nem necessárias, nem naturais. Além disso, encarar essas construções como ideológicas implica reconhecer que sempre haverá “uma [ideologia] alternativa que outra pessoa, situada de maneira diferente, pode sustentar” (Gal; Irvine, 2019, p. 13). É nesse espírito que Pennycook (2020) propõe o conceito de *inglês emaranhado (entangled English)*, uma ideologia linguística que desafia o projeto colonial que descrevi acima. Ver o inglês como emaranhado nos permite identificar os circuitos de desigualdade que sustentam sua circulação e prestígio – circuitos que frequentemente são ocultados por narrativas que naturalizam sua suposta autonomia. Pennycook chama atenção para as conexões e montagens, envolvendo humanos e não humanos, que permitiram associar o inglês a imagens de branquitude, elitismo e supremacia tecnológica. Para o autor, “as relações entre o inglês e os discursos, ideologias, culturas e economias não são inevitáveis” (Pennycook, 2022, p. 17); elas podem, portanto, ser reconfiguradas. Isso não significa, porém, que o inglês possa ser desenredado de suas condições materiais e políticas de existência – Pennycook não propõe um “desemaranhamento” no sentido de uma “purificação” da língua (ver Bauman; Briggs, 2003). Ao contrário, o autor defende que o inglês pode ser ideologicamente reimaginado. Para os fins deste artigo, as práticas e teorizações decoloniais oriundas de grupos historicamente afetados pelo colonialismo – como palestinos em Israel ou negros no Brasil – oferecem caminhos particularmente relevantes para essa reimaginação.

Embora Israel e Brasil sejam contextos sociais e políticos distintos, existem ressonâncias em ambos os contextos de práticas coloniais que afetam a educação, em particular a educação linguística. Alguns exemplos são o ensino de inglês como língua adicional como *proxy* para a vigilância de minorias em Israel (Awayed-Bishara et al., 2022), os impedimentos ao funcionamento de escolas em regiões onde há intenso fogo cruzado entre Estado e “crime” (Menezes et al., 2024; Monteiro; Rocha, 2017) ou o ensino de inglês e outros objetos de conhecimento como instrumento de uma educação tecnicista que ignora dimensões como raça, classe e gênero, reforçando, assim, relações de dominação (Melo, 2015). Ainda assim, há registros significativos de experiências voltadas à descolonização do ensino de inglês e de outros recursos semióticos. No norte de Israel, Awayed-Bishara et al. (2022) acompanharam aulas de inglês em seis escolas secundárias palestinas. Em um dos casos, um professor reproduz a política estatal de *despalestinização*, silenciando, por exemplo, o debate em sala sobre *al-Nakba* – a catástrofe de 1948 –, em conformidade com diretrizes estatais que proíbem a discussão desse evento (p. 1056). Em contraste, outro professor resiste à pedagogia colonizada imposta à população árabe israelense e abre espaço para que estudantes discutam, em inglês, temas como a ocupação militar em Gaza e a ideia de *tawra* (revolução), propondo, assim, essa língua como recurso de projeção política no cenário global (p. 1065–1066).

No Brasil, práticas educacionais que hierarquizam grupos marginalizados produzem efeitos semelhantes. Tanto em Israel quanto no Brasil, a ideia

macropolítica de “segurança” como enfrentamento a um “inimigo” se infiltra na sala de aula (Charalambous et al., 2020), instaurando regimes de (in)securitização (ver Rampton; Silva; Charalambous, 2024; Menezes et al., 2024). Essa lógica se manifesta na vigilância estatal em escolas (Awayed-Bishara et al., 2022), nos efeitos emocionais do conflito armado sobre a aprendizagem (Monteiro; Rocha, 2017) e na invisibilidade de grupos racializados em materiais didáticos de EFL (Ferreira, 2019; Souza; Windle, 2022). Gabriel Nascimento dos Santos e Joel Windle (2021, p. 5) mostram que, em escolas públicas brasileiras que atendem alunos negros e da classe trabalhadora, o ensino de inglês muitas vezes está associado a processos de rejeição da própria identidade racial e de classe. Ainda assim, os autores identificam formas múltiplas de resistência a esse apagamento. O estudo em questão analisa como estudantes universitárias negras e de origem popular avaliam o livro *American English File* (Lathan-Koenig, 2013), amplamente adotado no ensino superior brasileiro. Publicado pela Oxford University Press, o material projeta imagens majoritariamente brancas em contextos de consumo e trabalho distantes da realidade econômica dessas alunas. As entrevistas revelaram experiências de exclusão e humilhação atreladas ao uso do livro (Santos; Windle, 2021, p. 8). No entanto, mesmo diante da ausência de representatividade, muitas participantes conseguiram desvelar os mecanismos de apagamento. Awayed-Bishara (2024) analisa estratégias semelhantes entre professores palestinos, que recontextualizam personagens e narrativas dos livros didáticos a partir da vivência sociopolítica de seus estudantes. No contexto brasileiro, um dos participantes do estudo de Santos e Windle (2021) questionou tanto o viés racial do *American English File* quanto a ideia de que o inglês “autêntico” só pode ser falado no chamado círculo interno (pp. 10–11).

No Brasil, propostas para descolonizar o ensino de inglês como língua adicional têm incluído a revisão crítica do currículo. Leslie Mulico (2020), por exemplo, elaborou uma unidade didática para escolas técnicas que aborda o ativismo de Maria Lindalva, militante do movimento dos sem-terra. Alunos de cursos de meio ambiente e agricultura puderam acessar, em inglês, conteúdos sobre uma mulher racializada da periferia, rompendo com visões cosmopolitas centradas na branquitude. Em parceria com a acadêmica negra Patricia Helena da Silva Costa, Mulico também propôs um currículo voltado a ativistas de direitos humanos, com o objetivo de “projetar suas pautas de ativismo no cenário internacional, tornando a língua inglesa uma língua de resistência e denúncia contra violações de direitos humanos” (Mulico; Costa, 2021, p. 1275).

As experiências de educação crítica no Brasil e Israel, contextos geograficamente distintos, sugerem que, mesmo em cenários marcados por conflitos e tensões, “o inglês pode oferecer uma estrutura de voz que potencializa a agência e cria espaços de contestação a hegemonias e apagamentos linguísticos, culturais e políticos” (Awayed-Bishara, 2024, p. 7).

Passemos agora à análise de dois casos empíricos que evidenciam, de forma situada, as aspirações e nuances do projeto decolonial entre feministas negras no Brasil.

3. Escrevivência: sobrevivência e intrusão em domínios legítimos

Nesta seção, discuto a noção de “intrusão” como postura afetiva incorporada ao trabalho semiótico de Marielle Franco, vereadora negra nascida no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, porém brutalmente assassinada em 2018. Hoje, por seu legado e pelo potente movimento de luto e luta de manifestantes (Silva; Lee, 2021), Marielle Franco é uma figura central do feminismo negro no Brasil. Como a produção intelectual de Conceição Evaristo é fundamental para o trabalho de intrusão de Marielle e das duas outras feministas que discuto na próxima seção, também elaborarei acerca dos metadiscursos de Evaristo sobre intrusão social. Ambas se tornaram ícones negros cujos discursos são frequentemente evocados por ativistas e intelectuais progressistas, em especial no contexto de lutas por justiça racial e social. Seguindo a argumentação desenvolvida em Lopes et al. (2017), intrusão se refere aqui ao misto de inquietação e enfrentamento na postura de sujeitos periféricos, em especial quando estes precisam enfrentar arenas de poder que segregam pessoas com base em desigualdades raciais e econômicas (ver também Silva, 2022).

Tanto Evaristo quanto Marielle nasceram e cresceram em favelas – espaços historicamente formados por ex-escravizados e seus descendentes, após o fim tardio da escravidão no Brasil. É importante lembrar que o país foi o maior destino global de pessoas escravizadas no período colonial (Marques, 2019). As favelas tornaram-se símbolos de resistência, especialmente porque foram construídas coletivamente na ausência de políticas públicas de moradia e trabalho. É nesse cenário que se forjam práticas de sobrevivência que desafiam cotidianamente a separação entre vida e morte (Silva, 2025b). Derrida (1977, p. 89) já havia sugerido que a sobrevivência não é apenas continuidade, mas uma espécie de ruptura – “um sobressalto e um certo alívio temporário, parando a morte e a vida ao mesmo tempo” (Derrida, [1979] 2004, p. 89), o que redefine o próprio limite entre viver e morrer.

A trajetória de Marielle Franco exemplifica essa tensão. Negra, favelada, socióloga, ativista dos direitos humanos e vereadora eleita em 2016, Marielle foi assassinada brutalmente em março de 2018. O atual processo criminal aponta o envolvimento dos irmãos Brazão, ligados às milícias, como mandantes do crime (Richter, 2024). Mesmo morta, a presença de Marielle continua sendo invocada de modo espectral por ativistas, como nos mantras “Marielle, presente” e “Marielle vive”, que circulam como um marcador afetivo e político (Silva; Lee, 2021, 2024). Sociolinguisticamente, o legado de Marielle se inscreve como um signo aglutinador contra desigualdades estruturais.

A noção de sobrevivência também atravessa a obra de Conceição Evaristo, que cunhou o termo *escrevivência* para nomear a escrita de mulheres negras a partir de suas vivências (ver Evaristo, 2020). O neologismo – fusão entre “escrever” e “vivência” – possui tanto semelhança fônica quanto semântica com “sobrevivência”. O termo marca uma apropriação semiótica potente: a escrita como forma de agência diante de uma história marcada pelo silenciamento.

Segundo Evaristo (2020, p. 30), *escrevivência* busca “borrar” a imagem de um passado em que o corpo-voz da mulher negra era controlado pela casa-grande. O letramento alfabetico, cujas formas legitimadas normalmente estão circunscritas a espaços desiguais de poder, no contexto do pensamento de Evaristo, passa a constituir um novo domínio semiótico, ampliando os espaços sociais de circulação da linguagem e inscrevendo a experiência negra em regimes discursivos antes interditados.

Ao desenvolver o conceito de *escrevivência*, Evaristo se baseia na experiência diaspórica de mulheres negras cujos ancestrais foram violentamente trazidos para o Brasil. A autora explica que, no sistema colonial implantado por Portugal, as mulheres negras eram frequentemente forçadas a assumir o papel de amas de leite ou cuidadoras. Uma contradição sociolinguística no trabalho exigido dessas mulheres era que, embora não tivessem liberdade para falar, “calar ou gritar” (Evaristo, 2020, p. 30), elas tinham de contar histórias para os filhos de seus senhores na hora de dormir. Evaristo define *escrevivência* como a ressignificação desse regime de linguagem:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais (Evaristo, 2020, p. 30).

No trecho acima, Evaristo discorre sobre o domínio e o acesso à escrita entre as mulheres negras. À medida que elas ganham acesso à escrita, as arenas sociais em que esse recurso circula (seu domínio social) se expandem. Esse novo domínio social é projetado como “borrando” e “desfazendo” um domínio passado em que a oralidade das mulheres negras (ou seja, “o corpo-voz de mulheres negras escravizadas”) era controlada pelos brancos. A apropriação da escrita (por exemplo, “nos apropriamos desses signos gráficos”) é uma ação semiótica crucial para delinear esse novo domínio.

A escrita – como prática en registrada (Agha, 2007; Borba, 2022; Gal, 2018), isto é, relativamente estabilizada em um conjunto de instituições e práticas – permite também a expressão da intrusão por meio de afetos como desconforto, raiva e desafio. Como afirma Evaristo, a *escrevivência* não serve mais para adormecer os da casa-grande, mas para “acordá-los de seus sonos injustos” (2020, p. 30). Trata-se de uma enunciação que confronta diretamente os legados coloniais ainda operantes na vida social brasileira. Para a autora, a “[e]screvivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas” (2020, p. 34), afeto esse que, longe de ser patológico, é político. Mas note que afetos como o incômodo ou a raiva – especialmente quando expressos

por mulheres negras – são frequentemente desqualificados na política (Deumert, 2024). Pamella Passos (2023) mostra como mulheres negras são descritas como “raivas”, tendo sua dissidência deslegitimada e reduzida a problemas de personalidade. No entanto, Passos articula esse afeto a uma tradição política que remonta a figuras como Audre Lorde (2012), para quem a raiva pode ser transformadora.

Em entrevistas que realizei com assessores e pessoas próximas, Marielle era descrita como “marrenta”, uma mulher “durona” que personificava o registro ativista *papo reto* – um registro sociolinguístico direto, que suspende a polidez e prioriza o enfrentamento situacional de desigualdades (Silva, 2022, ver uma síntese adicional desses relatos em Silva; Lee, 2021). Marielle costumava recorrer a esse registro em seus metadiscursos sobre sua relação com o inglês. Em discurso proferido na Casa das Pretas, horas antes de sua morte, Marielle relembra dois momentos marcantes de sua trajetória linguística: um embate com um professor que exigia bibliografia em inglês durante sua graduação na PUC-Rio e, anos depois, seu esforço pessoal para aprender o idioma como ferramenta de articulação política:

Enfim, a carta, o movimento que a gente fez, ainda nesse momento [anos 1990, PUC-Rio] com relação à língua que tavam tentando me impor, e hoje [...] eu tenho uma bolsa na Cultura Inglesa. Há dois anos e poucos eu estou penando com o inglês e acho que a gente tem que ocupar e saber todos esses- o *feminist movement*, é- todos os termos e trabalhar e rascunhar no inglês mesmo pra ocupar esse espaço. Não [pra] subverter a nossa cultura mas conseguir ocupar esse lugar (citado em Silva; Lee, 2021, p. 15)

Ao rememorar o confronto universitário dos anos 1990, Marielle pontua que o contexto era outro – as lutas por acesso à universidade e letramento acadêmico em português predominavam. Já entre 2016 e 2018, sua trajetória política alcança novas esferas e o inglês passa a ser repositionado como instrumento de articulação transnacional. A própria translinguagem empregada em sua fala – ela usa o termo *feminist movement*, em inglês – não apenas nomeia um domínio de circulação dos signos feministas, mas o performa. Seu gesto linguístico sinaliza uma vontade de “ocupar” esse domínio, sem abandonar as demandas e identidades locais.

No metadisco do Marielle, importante figura do feminismo negro, o inglês deixa de ser visto apenas como modalidade de exclusão acadêmica e passa a figurar como ponte entre ativismos negros no Brasil e no exterior. A trajetória de Marielle, portanto, ilustra um movimento de ressignificação do inglês: de instrumento opressor a recurso estratégico em lutas por justiça social. Como veremos na próxima seção, sua irmã Anielle Franco, hoje ministra da Igualdade Racial, tem levado adiante esse projeto, com outras oportunidades de socialização e apropriação do inglês em contextos internacionais.

4. “Filha da sobrevivência”: um domínio transnacional feminista do inglês

A trajetória de Anielle Franco exemplifica um processo de ampliação do domínio do inglês ancorado em experiências de deslocamento, dor e agência política. Ao contrário de sua irmã Marielle, que teve poucas oportunidades formais de aprendizagem do idioma, Anielle teve acesso a espaços de socialização transnacional: foi estudante de graduação, com bolsa por sua atuação no vôlei, em universidades nos Estados Unidos, atuou como professora de inglês em escolas particulares no Rio de Janeiro e, após o assassinato da irmã, passou a circular como figura pública em fóruns internacionais de direitos humanos. Sua nomeação como Ministra da Igualdade Racial do Brasil, em 2023, marca institucionalmente o reconhecimento de uma trajetória que articula ativismo, memória e multilinguismo.

Essa trajetória, no entanto, é tudo menos linear. Em relatos como os que apresentou na mesa-redonda da Associação Brasileira de Linguística Aplicada (ALAB, 2021) e em seu projeto de doutorado em Linguística Aplicada (Franco, A., 2021), Anielle rememora uma relação inicial conflituosa com o inglês, marcada por exclusão e vergonha. Ainda adolescente, estudante de escola pública e atleta de vôlei, ela foi selecionada por técnicos norte-americanos para estudar com bolsa integral em uma universidade dos EUA. Antes de embarcar, teve acesso a um curso preparatório de inglês em uma escola da Zona Sul do Rio de Janeiro – ambiente no qual sentiu, de forma intensa, a violência simbólica da desigualdade racial e de classe.

Seu relato sobre essa experiência é marcado por expressões de deslocamento:

Ao adentrar meu primeiro curso de Inglês com apenas 16 anos, recordo-me que a professora somente falava sobre viagens, intercâmbios, comidas refinadas, roupas de grife e a delícia que era viver tudo isso. Aquela não era minha realidade e me senti uma completa estranha naquele lugar, que era habitado por pessoas pertencentes a bairros onde eu jamais sonhava estar. Além disso, eu era a única negra daquela turma, era estudante de escola pública e não tinha base alguma em inglês (Franco, A., 2021, p. 2)

A professora, branca, demonstrava surpresa com seu cotidiano. As histórias de viagens internacionais narradas pelos colegas contrastavam com sua realidade, intensificando o sentimento de inadequação. O sofrimento, porém, não resultou em desistência, mas em elaboração:

Foram seis meses de sofrimento que me fizeram pulsar por uma vontade imensa de que alguém ali naquela sala falasse minha língua. Não a língua inglesa, pois essa eu ainda não dominava, mas tinha certeza de que aprenderia vivendo nos Estados Unidos. Mas sim a língua da minha realidade, da empatia e do cuidado ao ensinar (Franco, A., 2021, p. 2).

Essa formulação dialoga diretamente com a *escrevivência* de Conceição Evaristo, que Anielle convoca explicitamente como referência. Ao dizer que sua trajetória linguística constitui “a experiência de um em comum” (Franco, A., 2021, p. 2), ela inscreve sua dor como parte de uma história coletiva de exclusão racial, mas também de resistência e agência. A apropriação do inglês, nesse contexto, não é uma conquista meritocrática, mas uma prática situada de transformação de domínios – um processo de reinscrição da língua em circuitos afetivos, políticos e epistêmicos.

Esse deslocamento do inglês de sua função colonial para uma função de resistência é sustentado por afetos como raiva, desconforto e desejo de pertencimento. Ao contrário de uma visão puramente técnica da competência linguística, Anielle mobiliza a língua como recurso situado: seu inglês é performado em arenas públicas não como “instrumento de comunicação”, mas como signo de memória e denúncia. Em fóruns como a Assembleia Geral da ONU e o Fórum Social Mundial, ela articula experiências locais de violência estatal com discursos de solidariedade racial global, projetando-se como mulher negra favelada num domínio internacional tradicionalmente reservado a sujeitos brancos e ocidentalizados.

Do ponto de vista semiótico, o que Anielle realiza é um processo de recontextualização de registros (Agha, 2007): o inglês, em suas mãos, é reconfigurado como parte de um domínio feminista transnacional, que acolhe a dor da perda e a transforma em articulação coletiva. Como argumenta Dovchin (2021), espaços seguros de enunciação dependem não da fluência linguística, mas da escuta atenta à diferença e da abertura para afetos historicamente marginalizados. O domínio do inglês construído por Anielle é, assim, um domínio do afeto, da memória e da luta.

Em seu projeto de doutorado, ela escreve: “sou uma filha da sobrevivência” (Franco, A., 2021, p. 5). Essa autoinscrição resume a orientação afetiva e política de seu percurso: uma prática de vida e linguagem que transforma o sofrimento em recurso crítico, o deslocamento em reivindicação e a experiência pessoal em plataforma coletiva. O inglês, para Anielle, não é um fim, mas um meio de mobilizar vozes negras, especialmente de mulheres, em contextos que historicamente buscaram silenciá-las. É nesse gesto de ocupação crítica – e de escuta radical – que reside a potência do domínio transnacional feminista do inglês que ela vem construindo.

5. Escutar como quem sobrevive: luto, linguagem, autocuidado

Pamella Passos é professora de História e ativista de direitos humanos no Rio de Janeiro, com atuação destacada na elaboração de projetos pedagógicos antirracistas e na crítica à apropriação da educação por discursos de extrema direita (Passos; Mendonça, 2021; Passos; Linhares, 2021). Após o assassinato de sua amiga Marielle Franco, Passos enfrentou um período de luto profundo. A proximidade entre elas era intensa – não era incomum que dividissem caronas

depois de eventos políticos, o que gerou nela uma sensação de sobrevivência atravessada por dor e culpa: ela poderia estar no mesmo carro alvejado naquela noite.

Em busca de cuidado e elaboração, Passos se candidatou ao programa *Rest and Respite* da organização Front Line Defenders, em Dublin, que oferece a defensores de direitos humanos um tempo de pausa, formação e segurança. Sua estadia na Irlanda, contudo, revelou contradições inesperadas. Como narra em seu texto “Ouvir em línguas: o convite de uma defensora do Brasil” (Passos, 2021a), a experiência foi marcada pela sensação constante de não ser ouvida em sua “expressão genuína”, dado o predomínio quase absoluto da língua inglesa nas atividades do programa. Embora recebesse apoio ocasional de um tradutor para o espanhol, ela se perguntava: “por que as pessoas na Europa não conversam em espanhol comigo? Elas não puderam aprender espanhol ou há uma naturalização de que todas e todos devemos falar inglês?” (Passos, 2021a).

Passos reconhece o valor do aprendizado de línguas estrangeiras, mas questiona a hegemonia do inglês como língua franca incontestável. Segundo ela, a exclusividade do inglês em programas internacionais voltados à proteção de defensores e defensoras de direitos humanos pode transformar a escuta em barreira. Em suas palavras, “[a] hegemonia da língua inglesa é ainda uma barreira que exclui e segregá defensores do sul global, em especial as mulheres que, por suas extensas jornadas de trabalho, na maioria das vezes não tiveram oportunidade de estudar tal idioma” (Passos, 2021a).

A potência de seu testemunho está em articular a linguagem à dor: ao tentar relatar, em inglês, episódios traumáticos ligados à violência e ao luto, Passos experimentou a frustração de não poder contar com sua própria língua como base de enunciação e apoio. “Poder falar em minha língua das minhas dores e medos não é algo secundário”, escreve. “Para caminhar no pântano do sofrimento das violações preciso dos meus pés firmes, das minhas raízes, da minha língua” (Passos, 2021a).

Em resposta a esse impasse, Passos formula a noção de *ouvir em línguas*, inspirada por Gloria Anzaldúa e dirigida especialmente às defensoras de direitos humanos do Sul Global. O título de seu artigo – publicado em português, espanhol e inglês no site da Front Line Defenders (Passos, 2021a, 2021b, 2021c) – dialoga diretamente com o ensaio de Anzaldúa “Speaking in tongues: a letter to third world women writers” (1981), no qual a autora chicana convoca mulheres racializadas à escrita como prática de sobrevivência.

Ao ecoar esse chamado, Passos desloca o foco da fala para a escuta: o que está em questão não é apenas o direito de *falar*, mas de *ser ouvida* em línguas. Nesse gesto, ela se aproxima das críticas feministas à escuta seletiva imposta aos sujeitos subalternizados (Lopes, 2011) e propõe uma escuta descolonial – uma escuta que não se baseia apenas na inteligibilidade imediata, mas que acolhe o estranhamento e a lentidão. Como a antropóloga Xochitl Marsili-Vargas (2022), que discute a importância de um tempo estendido na interpretação de determinadas experiências, Pamella sugere que “ouvir em línguas” envolve um

tipo de atenção que espera o sentido ressoar no corpo, em vez de buscá-lo de forma acelerada e racionalista.

Esse tipo de escuta, como propõe Passos, é inseparável do cuidado: “Falar em cuidado e autocuidado é explicitar que grande parte das oportunidades, recursos e programas disponíveis aos defensores dos direitos humanos estão vinculados à hegemonia da língua inglesa” (Passos, 2021a). Sua crítica é clara: ao naturalizar o inglês como meio único de comunicação legítima, organizações internacionais acabam por reproduzir as mesmas exclusões que afirmam combater. Trata-se, portanto, de repensar o papel da tradução não como mera mediação técnica, mas como gesto ético de acolhimento.

Ainda assim, Passos não propõe o abandono do inglês – pelo contrário. Ao final de seu texto, afirma: “Compreendo a importância de publicar este artigo em inglês, pois ainda que esta seja a língua do opressor, preciso dela para falar com você” (Passos, 2021a). Esse reconhecimento ambivalente condensa o que este artigo tem explorado: o inglês pode ser reaproveitado por sujeitos historicamente excluídos como recurso de resistência, desde que suas condições de escuta e circulação sejam reconfiguradas.

Em seu convite para que “ouçamos em línguas – todas as línguas”, Passos propõe uma ética da escuta comprometida com a pluralidade, com o silêncio e com os afetos que habitam a interação. Sua escrita não se contenta em denunciar a dor; ela a transforma em ferramenta crítica, em gesto relacional e em reivindicação de pertencimento. Ao fazê-lo, inscreve-se no projeto de ampliação de domínios semióticos discutido ao longo deste artigo – um projeto que, como vimos em Conceição Evaristo, Marielle Franco e Anielle Franco, aposta na linguagem como território em disputa, onde a escuta também é forma de luta.

6. Considerações finais: domínios, afetos e reconfiguração política da linguagem

Pensar a ampliação de domínios a partir das margens exige deslocar a linguagem do campo da mera competência técnica e reposicioná-la como uma prática social, afetiva e situada. Neste artigo, propus compreender a circulação da língua inglesa – bem como de outros recursos semióticos valorizados, incluindo o letramento institucional – não como algo neutro ou universal, mas como indexado a domínios específicos de poder, prestígio e exclusão. Inspirado em autores como Agha (2007) e Wortham (2008), adotei a noção de domínio não apenas como espaço geográfico ou institucional, mas como esfera de reconhecimento e legitimação, na qual determinadas formas de linguagem ganham valor social. A partir dessa concepção, analisei como intelectuais negras brasileiras têm se engajado na reconfiguração desses domínios, reapropriando-se da língua inglesa não para reiterar seu prestígio elitizado, mas para criar novas possibilidades de escuta, pertencimento e resistência.

A análise se concentrou nas práticas discursivas de três feministas negras brasileiras (Marielle Franco, Anielle Franco e Pamella Passos) e no diálogo delas com a noção de escrevivência, conceito de Conceição Evaristo que pode ser lido como ampliação de domínios sociolinguísticos institucionais. Em seus textos, discursos e trajetórias, essas mulheres reivindicam recursos historicamente negados às populações negras e periféricas (como o inglês e o letramento institucional), transformando-os em ferramentas de denúncia e construção coletiva. O conceito de *escrevivência*, proposto por Evaristo, condensa essa apropriação insurgente da escrita como gesto de memória, sobrevivência e enfrentamento. Marielle Franco, cuja vida foi interrompida por um crime político, permanece como presença espectral, evocada em performances discursivas que reencenam sua luta e a expandem para arenas transnacionais. Sua irmã, Anielle Franco, reconfigura o inglês como instrumento de articulação entre periferias globais, acionando afetos e memórias para criar um domínio feminista e negro da linguagem. Pamella Passos, por sua vez, desloca o foco da fala para a escuta, denunciando a hegemonia do inglês em espaços internacionais de defesa dos direitos humanos e propondo, em resposta, uma ética da escuta em línguas – uma escuta lenta, cuidadosa e decolonial.

Essas práticas não são isoladas. Há uma coerência interdiscursiva que atravessa os relatos, discursos e ações dessas quatro mulheres – uma coerência que não se explica apenas pelo vínculo pessoal entre elas, mas pela partilha de uma gramática afetiva e política da sobrevivência. Todas falam a partir da experiência de corpos vulnerabilizados por uma história de dominação colonial, mas nenhuma se limita à denúncia. Em vez disso, formulam estratégias de presença e reconfiguração que se manifestam nos modos como habitam e transformam os domínios de circulação dos recursos da linguagem. O desconforto, a raiva e o deslocamento que atravessam suas trajetórias não são afetos marginais, mas centrais para a construção de um domínio social alternativo – que não apenas desafia as fronteiras do que é considerado legítimo, mas também amplia as condições de possibilidade de luta e escuta.

Ao longo do artigo, sugeri que essa reimagem dos domínios da linguagem, longe de ser uma especificidade brasileira, encontra ressonância em outras periferias globais, como nos relatos de estudantes mongóis na Austrália (Dovchin, 2020) ou nas experiências de jovens palestinos em Israel (Awayed-Bishara, 2024). A semelhança entre esses contextos não aponta para uma homogeneização, mas para o que Gal (2018) denomina um tipo sociocultural, ou um registro sociolinguístico: formas de luta conectadas por condições estruturais compartilhadas, mas instanciadas de maneiras distintas. O inglês reaparece nesses contextos como um recurso que, embora profundamente imbricado em projetos coloniais, pode ser também redesenhado como instrumento de ruptura.

Por fim, argumentei que os domínios da língua inglesa e do letramento reconfigurados por essas intelectuais negras não se restringem a um “acesso” à linguagem legitimada, mas implicam uma “intrusão” nesse espaço, acompanhada de um reposicionamento epistêmico e afetivo. Elas não pedem passagem:

elas criam as condições para que novas formas de dizer, ouvir e viver ganhem legitimidade. É nesse gesto – simultaneamente discursivo, político e sensível – que se inscreve a força transformadora de suas práticas. O que está em disputa, portanto, não é apenas o “direito de falar”, mas a própria arquitetura dos domínios em que a linguagem circula e produz sentido.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS: Os dados da pesquisa podem ser disponibilizados mediante contato com o autor correspondente.

Notas finais

1. Cf. https://houaiss.uol.com.br/houaissen/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php/77998:356/ (acesso em 8 abr. 2025).
2. As citações de excertos de textos consultados em língua estrangeira foram traduzidas por mim.

Referências

- AGHA, A. *Language and social relations* (Linguagem e relações sociais). Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- ALAB. *Língua inglesa e direitos humanos: pode o subalterno falar?* 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GwEXRfPx9qE>. Acesso em: 17 out. 2025.
- ANZALDÚA, G. Speaking in tongues: A letter to 3rd World women writers. In: MORAGA, C.; ANZALDÚA, G. (org.). *This bridge called my back: Writings by radical women of color*. Kitchen Table Press, 1983. p. 165–174.
- AWAYED-BISHARA, M. Linguistic citizenship as decolonial pedagogy: How minoritized language speakers contest epistemic injustices in EFL education. *Working Papers in Language & Literacies*, n. 324, 2024. Disponível em: <https://wpull.org/product/wp-324-linguistic-citizenship-as-decolonial-pedagogy-how-minoritized-language-speakers-contest-epistemic-injustices-in-efl-education/>. Acesso em: 17 out. 2025.
- AWAYED-BISHARA, M.; NETZ, H.; MILANI, T. Translanguaging in a context of colonized education: The case of EFL classrooms for Arabic speakers in Israel. *Applied Linguistics*, v. 43, n. 6, p. 1051–1072, 2022.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. L. *Voices of modernity: Language ideologies and the politics of inequality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BORBA, Rodrigo. Enregistering “gender ideology” The emergence and circulation of a transnational anti-gender language. *Journal of Language and Sexuality*, v. 11, n. 1, p. 57-79, 2022.
- CANAGARAJAH, A. S. *Resisting linguistic imperialism in English teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CHARALAMBOUS, C. et al. Translanguaging, (in)security and social justice education. In: PANAGIOTOPPOULOU, J. A.; ROSEN, L.; STRZYKALA, J. (org.). *Inclusion, education and translanguaging*. Springer, 2020. p. 105–123.

- DERRIDA, J. Living on. In: BLOOM, H. (ed.). *Deconstruction and criticism*. Tradução de J. Hulbert. New York: Continuum, 1979. p. 62–142.
- DEUMERT, A. When things fall apart: On the dialectics of hope and anger. *Language in Society*, v. 53, n. 5, p. 881–900, 2024.
- DOVCHIN, S. The psychological damages of linguistic racism and international students in Australia. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, v. 23, n. 7, p. 804–818, 2020.
- DOVCHIN, S. Translanguaging, emotionality, and English as a second language immigrants: Mongolian background women in Australia. *TESOL Quarterly*, v. 55, n. 3, p. 839–865, 2021.
- DOVCHIN, S.; WANG, M. The resistance to translanguaging, spontaneous translanguagers and native speaker saviorism. *Critical Inquiry in Language Studies*, p. 1–18, 2024.
- EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: Duarte, C. L.; Nunes, I. R. (org.). *Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26–46.
- FERREIRA, A. J. Social identities of black females in English language textbooks used in Brazil and Cameroon: Intersectionalities of race, gender, social class and critical racial literacy. *Revista X*, v. 14, n. 4, p. 20–40, 2019.
- FRANCO, A. *Ei, você fala inglês? Escrevivências e usos antirracistas decoloniais de língua inglesa, através de um olhar feminista e negro*. Projeto de pesquisa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.
- FRANCO, M. A emergência da vida para superar o anestesiamento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, W.; PINHEIRO-MACHADO, R.; SOLANO, E. (org.). *Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 89–95.
- FRANCO, M. *Não serei interrompida | 08/03/2018*. [vídeo]. YouTube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f18czAgJGUE>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- FRONT LINE DEFENDERS. *Rest & Respire*. 2018. Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/en/programme/rest-respite>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- GAL, S. Registers in circulation: The social organization of interdiscursivity. *Signs and Society*, v. 6, n. 1, p. 1–24, 2018.
- GAL, S.; IRVINE, J. *Signs of difference: Language and ideology in social life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- GILROY, P. *The black Atlantic: Modernity and double consciousness*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2019.
- HOLLIDAY, A. *The struggle to teach English as an international language*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- IRVINE, J. T.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. (ed.). *Regimes of language: Ideologies, polities, and identities*. p. 35–83. Santa Fe: School of American Research Press, 2000.
- JAKOBSON, R. On linguistic aspects of translation. In: *On translation*. Cambridge: Harvard University Press, 1959. p. 232–239.
- JENKS, C. J. English for sale: Using race to create value in the Korean ELT market. *Applied Linguistics Review*, 2018. DOI: 10.1515/applrev-2017-0090.

- JENKS, C. J.; LEE, J. W. Native speaker saviorism: A racialized teaching ideology. *Critical Inquiry in Language Studies*, v. 17, n. 3, p. 186–205, 2020.
- LATHAM-KOENIG, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. *American English File 2 – Student Book*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- LEE, J. W.; JENKS, C. Doing translingual dispositions. *College Composition & Communication*, v. 68, n. 2, p. 317–344, 2016.
- LOPES, A. *Funk-se quem quiser: no batidão negro da cidade carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2011.
- LOPES, A.; SILVA, D.; FACINA, A.; CALAZANS, R.; TAVARES, J. Desregulamentando dicotomias: Transletramentos, sobrevivências, nascimentos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 56, n. 3, p. 753–780, 2017.
- LORDE, A. *Sister outsider: Essays and speeches*. Berkeley: Crossing Press, 2012.
- MARQUES, L. The economic structures of slavery in colonial Brazil. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, 2019. Disponível em: <https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-772>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- MARSILLI-VARGAS, X. *Genres of listening: An ethnography of psychoanalysis in Buenos Aires*. Durham: Duke University Press, 2022.
- MELO, G. C. V. O lugar da raça na sala de aula de inglês. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 7, n. 17, p. 65–81, 2015.
- MONTEIRO, J.; ROCHA, R. Drug battles and school achievement: evidence from Rio de Janeiro's favelas. *Review of Economics and Statistics*, v. 99, n. 2, p. 213–228, 2017.
- MULICO, L. V. Learning from the subaltern: What does Maria Lindalva teach us about hegemonic-common-sense-ideology and text selection for English language learning materials? *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, p. 129–150, 2020.
- MULICO, L. V.; COSTA, P. H. Construindo um currículo decolonial com as vozes do sul: inglês como língua de denúncia contra violações de direitos humanos. *Gragoatá*, v. 26, n. 56, p. 1273–1311, 2021.
- PARK, J. S. Y. *In pursuit of English: Language and subjectivity in neoliberal South Korea*. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- PASSOS, P.; LINHARES, T. *Quadrinhos por direitos*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.
- PASSOS, P.; MENDONÇA, A. *O professor é o inimigo: uma análise sobre a perseguição docente no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.
- PASSOS, P. *Listening in tongues: an invitation from a Brazilian defender*. Front Line Defenders, 2021. Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/en/blog/post/listening-tongues-invitation-brazilian-defender>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- PASSOS, P. Mulheres negras e direitos humanos: Dos tratados aos traçantes. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/dos-tratados-aos-tracantes/>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- PENNYCOOK, A. *English and the discourses of colonialism*. London: Routledge, 2002.
- PENNYCOOK, A. Entanglements and assemblages of English. *Crossings: A Journal of English Studies*, v. 13, n. 1, p. 7–21, 2022.

- PENNYCOOK, A. Translingual entanglements of English. *World Englishes*, v. 39, n. 2, p. 222–235, 2020.
- PHILLIPSON, R. *Linguistic imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- RAMPTON, B.; SILVA, D.; CHARALAMBOUS, C. Sociolinguistics and (In) Securitization as Another Mode of Governance. In: MCKINNEY, C.; MAKOE, P.; ZAVALA, V. (org.). *Routledge Handbook of Multilingualism*. 2. ed. London: Routledge, 2024. p. 300–317.
- RAJAGOPALAN, K. Revisiting the Nativity. Review of Allen Davies (2003), *The Native Speaker: Myth and the Reality. Studies in Language*, v. 31, n. 1, p. 193–205, 2007.
- RICHTER, A. *Caso Marielle: Moraes mantém prisão dos irmãos Brazão*. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-12/caso-marielle-moraes-mantem-prisao-dos-irmaos-brazao>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- ROJO, L. M. The “self-made speaker”: The neoliberal governance of speakers. In: ROJO, L. M.; DEL PERCIO, A. (org.). *Language and neoliberal governmentality*. London: Routledge, 2019. p. 162–189.
- ROSA, J. D. Standardization, racialization, languagelessness: Raciolinguistic ideologies across communicative contexts. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 26, n. 2, p. 162–183, 2016.
- ROSA, J.; FLORES, N. Unsettling race and language: Toward a raciolinguistic perspective. *Language in Society*, v. 46, n. 5, p. 621–647, 2017. DOI: 10.1017/S0047404517000562.
- SANTOS, G. N.; WINDLE, J. The nexus of race and class in ELT: From interaction orders to orders of being. *Applied Linguistics*, v. 42, n. 3, p. 473–491, 2021.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Trad. A. Chelini: J.P. Paes; I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, [1916] 1977.
- SILVA, D. Signos injuriosos: Saba Mahmood, os cartuns dinamarqueses e o debate sobre ideologias linguísticas. *Debates do NER*, v. 19, n. 36, p. 91–110, 2019.
- SILVA, D. Papo Reto: The politics of enregisterment amidst the crossfire in Rio de Janeiro. *Signs and Society*, v. 10, n. 2, p. 239–264, 2022.
- SILVA, D. Reverse ethnography and the prefiguration of expertise in sociolinguistics. *Multilingua*, 2025a. DOI: <https://doi.org/10.1515/multi-2024-0223>.
- SILVA, D. “When I saw the skull approaching, I died”: Transatlantic communicative flows in response to racial terror in Brazil. *Atlantic Studies*, v. 22, n. 2, p. 169–188, 2025b.
- SILVA, D.; LEE, J. “Marielle, presente”: Metaleptic temporality and the enregisterment of hope in Rio de Janeiro. *Journal of Sociolinguistics*, v. 25, n. 2, p. 179–197, 2021.
- SILVA, D.; LEE, J. *Language as Hope*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.
- SILVERSTEIN, M. Language structure and linguistic ideology. In: CLYNE, P. et al. (org.). *The elements: a parsession on linguistic units and levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193–247.
- WINDLE, J. A.; FONSECA AFONSO, É. Building anti-racist education through spaces of border thinking. *Critical Studies in Education*, v. 63, n. 5, p. 606–621, 2022.
- WINDLE, J. et al. Towards a transperipheral paradigm: an agenda for socially engaged research. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, p. 1563–1576, 2020.

WOOLARD, K. A. Introduction: Language ideology as a field of inquiry. In: SCHIEFFELIN, B. B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (ed.). *Language ideologies: Practice and theory*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 3-47.

WORTHAM, S. Linguistic anthropology of education. *Annual Review of Anthropology*, v. 37, p. 37-51, 2008.

Data de submissão: 10/04/2025

Data de aceite: 09/10/2025

Editora responsável: Roberta Pires de Oliveira